

Editorial

Após mais de 10 anos de implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e em meio a um intenso processo de digitalização e plataformização dos meios de comunicação, este dossiê propõe-se a compreender os ganhos e desafios da transparência pública para o fortalecimento e a sobrevivência da democracia nos tempos atuais.

Assim, esse volume inicia sua apresentação com palavras-chave que nos convidam a pensar caminhos para a transparência, que hoje parece encontrar impasses em seu processo de implementação, abrangendo experiências no Poder Executivo e Judiciário. Entretanto, outras questões, algumas não tão novas, têm ganhado a atenção dos estudiosos e pesquisadores do tema. A dimensão algorítmica, por exemplo, vem ampliando sua importância nas pesquisas, bem como os debates que combinam dados abertos e proteção de dados. Somam-se a estas questões, o desafio de traduzir em linguagem simples e compreensiva documentos do poder público, a perspectiva das discriminações indiretas no processo de acesso ao direito de informação e assim por diante. Nesses mais de dez anos, é possível afirmar que a agenda de pesquisa no tema vem se renovando e esse volume, de posse da lupa que ilustra a capa, busca trazer para uma audiência qualificada a intersecção desses temas, provocando no leitor e/ou na leitora a busca por aprofundamento dessas questões.

Para discutir as questões, o volume se organiza em 09 artigos, produzidos por pesquisadores e pesquisadoras de diversas universidades brasileiras, organizados a partir de uma lógica que chama a atenção para questões globais e aterrissando em estudos de casos que trazem compreensão sobre o tema da transparência. Assim, temos abrindo o dossiê o estudo de Fernando Filgueiras, cujo título é “Machine learning, inovações governamentais e novos desafios para a transparência pública”. Na sequência, a pesquisadora Ana Claudia Farranha apresenta aspectos do direito de acesso à informação e a questão racial com o artigo “O Direito de acesso à informação pública (liberdade de informação) e a população negra: breves considerações sobre o racismo sistêmico”.

Outras abordagens que o volume traz são a respeito da Transparência em organizações: modelo dinâmico para pesquisa empírica (Carlos Locatelli), a Linguagem simples como pilar da transparência (Cláudia Cappelli, Rodrigo Oliveira e Vanessa Nunes), as questões envolvendo transparência fiscal, resultantes da pesquisa “Entre a transparência e o sigilo fiscal: um estudo dos limites a partir da secretaria especial da receita federal do Brasil” (Alex Marco Gama Magnavita, Ana Rita Silva Sacramento, Fabiano Maury Raupp, Denise Ribeiro de Almeida).

O tema da transparência também é abordado na dimensão legislativa pelo texto “Transparência e governança pública nas assembleias legislativas: uma análise dos níveis de transparência e das variáveis socioeconômicas estaduais”, pelos autores Maria Dominguez Costa Pinho, Gabriella da Costa, Djiovanni Marioto, Ébida Rosa dos Santos e Guilherme France, e a discussão entre transparência e dados, com o texto “Transparência digital e diagnóstico da Política de Dados Abertos nas capitais brasileiras: performances e indicadores qualitativos, elaborado pelos autores Sivaldo Pereira e Igor Ferraz da Fonseca.

Ainda na esteira dos dados abertos temos a conexão entre essa aplicação e as iniciativas da sociedade civil exposta no artigo “Apropriação de dados abertos uma análise do elas no congresso e amazônia minada, iniciativas cívicas brasileiras”, assinado pelas autoras Gabriella da Costa e Carla Rodrigues e, por fim, fecha o volume a discussão sobre internet, prestação de contas e as controladorias públicas em perspectiva comparada, com o artigo “Accountability e internet numa perspectiva comparada: a atuação digital das controladorias públicas na América Latina” elaborado pelos pesquisadores Alzira Ester Angeli e Sérgio Braga.

Por fim, esse volume também corrobora o desejo de governos e países cada vez mais aprimorarem a capacidade de efetivar suas legislações e de ampliar o escopo da transparência,

do controle e da própria democracia, cuja tarefa desses tempos parece ser uma resistência às dinâmicas em processos políticos que, vez por outra, encurtam seu espaço de sobrevivência e sua permanência como único modo de articulação de interesses e de promoção de condições igualitárias e livres para desenvolvimento de direitos e capacidades humanas.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Organização

Prof^ª. Dr^ª. Ana Claudia Farranha (UnB)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Paula Almada (INCT.DD)

Prof^ª. Dr^ª. Paula Karini Dias Ferreira Amorim (IFTO)